

A força das minorias

Luiz Orlando Carneiro *

Q uem acompanha de perto as sessões do Congresso Nacional para que os representantes mais ativos das bancadas da esquerda

estão sempre de pé, de plantão, ao lado dos microfones de apertes, na prática aparentemente antipática — mas democrática — da obstrução. Os deputados José Genoíno (PT) e Roberto Freire (PCB), além da bancada do PDT, destacam-se no dia-a-dia dos trabalhos do Legislativo, não só jogando duro na obstrução, como conseguindo “acordos de lideranças” mais vantajosos para suas posições político-ideológicas do que para o governo a que se opõem.

Assim é que não se pode deixar de considerar lamentável a despedida romântica de Luiz Inácio Lula da Silva de sua cadeira na Câmara. Disse ele que, no Congresso, é apenas mais um deputado, enquanto, nas ruas e assembleias sindicais, é “imbatível”.

Se o Congresso encerra, melancolicamente, uma legislatura que foi também assembleia constituinte, não se pode esquecer que o Legislativo tem de ser preservado como instituição, até porque o Brasil não é nem um regime sindicalista, nem adota o sistema parlamentar de governo — sistema que acolhe com naturalidade o tal governo paralelo, do PT de Lula.

Estes últimos dias do chamado esforço concentrado serviram para mostrar, entre outras coisas, que a tentativa do Executivo de fortalecer



seu escudo no Senado e de garantir, pelo menos, uma maioria flutuante na Câmara vai ser tarefa tão difícil como convencer quase 300 deputados não reeleitos a voltar às pressas a Brasília, numa possível convocação extraordinária do Congresso.

O final tumultuado na última sessão desta legislatura não sublinhou, apenas, o comodismo de um Congresso derrotado nas eleições de outubro — exceções à parte — numa goleada de 6 x 4. Revelou, mais uma vez, a força de uma minoria ideológica que trabalha com mais disposição e seriedade do que

A situação do governo no Congresso não será nada boa na próxima legislatura, a não ser com a difícil conquista das mesas das duas casas

a pretensa maioria com a qual o Executivo quer contar.

A aprovação do orçamento da União para 1991, no final do jogo, só foi possível graças a um acordo de lideranças imposto pelo PT, que representa, hoje, apenas três por cento da Câmara.

O acordo feito em torno da admissibilidade das várias medidas provisórias baixadas pelo Planalto, neste fim de ano, mostra também que, nos conchavos de lideranças, as minorias — muito mais articuladas e dispostas do que uma pretensa maioria do governo — conseguiram fazer valer sua vontade.

Medidas consideradas fundamentais pela área econômica do governo, como as relativas a incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e à subvenção para financiamento de exportação de bens e serviços nacionais, foram rapidamente metralhadas sem que as lideranças do governo tivessem capacidade de reação.

A situação do Executivo no Legislativo, sustentada em frágeis lideranças, não será nada boa na próxima legislatura, a não ser com a difícil conquista das mesas das duas Casas. Se já foi muito complicado enfrentar, neste final de ano, a oposição liderada pelo PT-PDT, imagina-se o que pode ocorrer no ano entrante.

Somadas, as bancadas do PDT, PT, PSB, PCB e PC do B terão na próxima legislatura 103 deputados, quase o dobro do que representam hoje. O PT de Lula passou a contar com 37 deputados (tinha 17), o PDT de Leonel Brizola com 47 (tinha 38) e o PSB — que elegeu Miguel Arraes — com 11 deputados (tinha oito).

Portanto, enquanto o governo tenta formar seus blocos no Congresso, já há um bloco expressivo integrado por partidos de esquerda na Câmara — Casa que acaba por dominar as reuniões noturnas do Congresso. O ministro Jarbas Passarinho, cada vez mais frustrado com as reuniões do pacto social, não poderá deixar de procurar coexistir com os líderes de esquerda, no Congresso e fora dele; e até tentar atrair, para essa coexistência pacífica, aquele que — tendo recebido 30 milhões de votos no ano passado — teima em ficar à margem do processo político normal.